

## REBELIÕES DA SENZALA E AS CONTRIBUIÇÕES AO SERVIÇO SOCIAL: UMA REANÁLISE DA GÊNESE DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Ana Luíza Tavares Bruinjé  
Mariana Leite Péres

**Resumo:** O presente trabalho possui como objetivo central o apontamento das contribuições de Clóvis Moura, especificamente em sua obra *Rebeliões da Senzala*, acerca da compreensão da gênese da chamada *questão social* no Brasil. Metodologicamente apropria-se de pesquisa bibliográfica, direcionada pelas categorias Trabalho, Estado e Luta de Classes, a fim de destacar a análise da transição histórica que permite a consolidação do capitalismo dependente no Brasil. A partir disso, espera-se colaborar no debate contemporâneo acerca dos fundamentos da particularidade da gênese da *questão social* no Brasil, enquanto acúmulo teórico relevante ao trabalho e formação em Serviço Social, visto que esta profissão possui como objeto de investigação e intervenção as expressões da *questão social*.

**Palavras-chave:** “questão social”; Serviço Social; Rebeliões da Senzala; Clóvis Moura.

**Resumen:** El objetivo central de este trabajo es resaltar los aportes de Clóvis Moura, específicamente en su obra *Rebeliões da Senzala*, sobre la comprensión de la génesis de la llamada *cuestión social* en Brasil. Metodológicamente, utiliza investigación bibliográfica para resaltar el análisis de la transición histórica que permite la consolidación del capitalismo dependiente en Brasil a través de las categorías de Trabajo, Estado y Lucha de Clases. A partir de esto, se espera colaborar en el debate contemporáneo sobre los fundamentos de la particularidad de la génesis de la *cuestión social* en Brasil, como acumulación teórica relevante para el trabajo y la formación en Trabajo Social, ya que esta profesión tiene como objeto de investigación e intervención las expresiones de la *cuestión social*.

**Palabras claves:** “cuestión social”; Trabajo Social; Rebeliões da Senzala; Clóvis Moura.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte de pesquisa bibliográfica ampliada que possui como objetivo destacar as contribuições de Clóvis Moura e Jacob Gorender no que diz respeito a compreensão da gênese da chamada *questão social* na particularidade brasileira.<sup>1</sup> Situa-se, portanto, enquanto acúmulo teórico relevante ao trabalho e formação em Serviço Social, em vista de ser esta uma profissão que possui como objeto de investigação e intervenção as expressões da *questão social* (ABEPSS, 2021). Inegáveis são os avanços da categoria profissional no desvelamento dos determinantes daquela - pela intenção de ruptura no processo de renovação do Serviço Social brasileiro (Netto, 2015) - em que se adensa a análise teórico-metodológica sobre a *questão social* pela teoria social de Marx, passa-se a considerar o Serviço Social no processo de reprodução das

---

<sup>1</sup> Ver mais em: BRUINJÉ, Ana Luíza Tavares. A gênese da *questão social* no Brasil a partir das contribuições de Clóvis Moura e Jacob Gorender. Orientadora: Luciana Gonçalves Pereira de Paula. Dissertação (mestrado acadêmico). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2024.

relações sociais (Iamamoto, 2014), possuindo como objeto de intervenção as expressões da *questão social* sendo a última entendida pela Lei Geral de Acumulação Capitalista (Marx, 2017) e ocupando lugar central nas Diretrizes Curriculares Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996). Apesar disto, a pesquisa tem indicado, como problema, lacunas na compreensão histórica acerca dos fundamentos da particularidade da gênese da *questão social* no Brasil, sendo mais recorrente sua abordagem abstrata ou relacionada ao seu surgimento originário na Inglaterra. Neste sentido, tem-se como hipótese, que as obras de Moura e, no caso deste resumo especificamente, o livro *Rebeliões da Senzala*, originalmente publicado em 1959, demonstra possibilidades de desvelamento de mediações fundamentais para compreender a luta de classes estabelecida durante o Escravismo Pleno e Tardio, o significado social do aparato burocrático-estatal voltado a atender o interesse da classe senhorial, as condições de vida e sobrevivência da classe escravizada e as modificações, principalmente após 1850, para reorganização do processo produtivo através da substituição do regime de trabalho escravo para o assalariado.

## DESENVOLVIMENTO

Partindo de intelectuais de referência ao Serviço Social, principalmente, Iamamoto (2001) e Netto (2001), que abordam rigorosamente a chamada *questão social*, compreendemos que esta parte, fundamentalmente, das contradições postas na realidade social a partir da apropriação privada (dos meios e) da produção pela exploração da força de trabalho que é assalariada, logo, é, necessariamente, um processo próprio do capitalismo. Ainda, refere-se não somente à essa contradição fundamental, mas implica na forma como esta rebate nas condições de vida da classe trabalhadora, afinal, “esse processo é denso de conformismos e rebeldias” (Iamamoto, 2015, p. 160), enquanto expressões da luta de classes. Esta organização e mobilização da classe trabalhadora, seja no sentido de reivindicar a responsabilização do Estado ou de, revolucionariamente, pautar o fim da sociedade de classes, pelo tensionamento que produz no próprio processo produtivo e para a acumulação de capital privado, recebe, em contrapartida, primeiramente, a repressão do Estado, ou seja, sua intervenção coercitiva. Com a entrada do período monopolista do capitalismo mundial e seus rebatimentos (Netto, 2009), o Estado passa a atuar também através do consenso, criando e implementando, enquanto concessão, Políticas Públicas Sociais setorializadas e fragmentadas, com o interesse de, por um

lado, retirar dos proprietários dos meios de produção o ônus da reprodução social do trabalhador e, por outro, apaziguar os conflitos mais radicais que ameaçam a acumulação de capital. Este é o debate geral da *questão social* que, embora indique elementos abstratos e condições gerais da sua existência, não explica e nem aponta as mediações particulares acerca da forma de exploração do trabalho, da intervenção do Estado e das mazelas que arrebatam as condições de vida da classe trabalhadora no Brasil. Tendo em vista que a particularidade da formação sócio-histórica do capitalismo dependente no Brasil parte, historicamente, da transição do regime de trabalho escravo ao assalariado, a fim de se compreender os determinantes que particularizam a *questão social* no país, é necessário entender a sua própria formação e é, neste sentido, que a obra de Clóvis Moura é fundamental.

A partir do exposto acima, podemos concluir que Trabalho, Estado e Luta de Classes são categorias fundamentais para compreender a chamada *questão social* e, enquanto categorias irreduzíveis da realidade brasileira, destacamos *Raça* e *Classe*. Neste sentido, vejamos na sequência uma breve análise da obra *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*<sup>2</sup> a partir destas categorias, a fim de contribuir na busca das mediações que permitam compreender a particularidade da gênese da *questão social* no Brasil. Desde sua primeira obra, Moura (2020) apresenta, de maneira assertiva, a relação de dependência forjada na chamada acumulação originária (Marx, 2017), consolidada pelas relações coloniais e que vão desembocar na constituição de um capitalismo dependente no Brasil, atravessado pelas contradições próprias, primeiramente, da luta de classes entre escravos e senhores e, posteriormente, entre assalariados e burguesia.<sup>3</sup>

A própria gênese do capital, em sua totalidade, exigiu a implementação e exploração de processo produtivo baseado no trabalho escravo, no latifúndio e na agroexportação monocultora, embora, “a continuação prolongada da escravidão, quando o capitalismo industrial já se havia consolidado em toda a sua plenitude, cedo se transformou em entrave ao desenvolvimento da economia inglesa” (Moura, 2020, p. 83). Neste sentido, a desagregação do regime de trabalho escravo se dá de maneira processual, determinada por interesses externos e

---

<sup>2</sup> Primeira obra de Clóvis Moura, publicada originalmente em 1959 pela Editora Zumbi, em São Paulo.

<sup>3</sup> Embora nesta primeira obra Moura ainda não conceitue rigorosamente a datação das fases do escravismo, o que ocorre em *Sociologia do Negro Brasileiro* (1988), com a divisão do Escravismo Pleno (1550 - 1850) e Tardio (1850 - 1888), pode-se compreender que há uma transição histórica e dialética entre uma produção escravista, seu processo de desagregação e transformação para um capitalismo dependente.

controlada pela classe senhorial através da expressão de seus interesses na atuação do aparelho estatal.<sup>4</sup> Dadas as modificações no âmbito produtivo, a partir do antagonismo da exploração de uma classe sobre outra, faz-se necessário a elaboração e fortalecimento de um aparelho estatal, inicialmente colonial, para a reprodução das necessidades da Metrópole e dos senhores. Ou seja, embora não seja um Estado burguês (entretanto, atenda os interesses do capital externo), constitui-se enquanto um aparelho estatal repressor a favor dos interesses da classe dominante e, conseqüentemente, da continuidade da produção escravista.

A perspectiva moureana de transição histórica do capitalismo dependente no Brasil passa pela compreensão da existência anterior de um Modo de Produção Escravista, baseado na exploração da força de trabalho da população indígena e, majoritariamente, negra afrodescendente. Exploração esta que pressupunha a violência, coerção, repressão, perseguição e extermínio pela estafa do trabalho, principalmente nos primeiros séculos do escravismo, ou seja, uma produção econômica que, para sua reprodução, implica a sistemática coerção extraeconômica. A chave analítica central de sua vasta obra e, centralmente na obra aqui analisada, é compreender a luta de classe presente nos processos históricos, percebidos, por sua vez, através da relação entre a totalidade da formação e consolidação do capitalismo em nível mundial, e as formações históricas particulares. Na brasileira, refere-se fundamentalmente a luta empreendida entre as classes fundamentais contrapostas do modo de produção escravista<sup>5</sup>: por um lado, os escravizados, tendo toda sua força de trabalho apropriada, sem a propriedade inclusive de si e seus descendentes; e, por outro, os senhores, donatários (e posteriormente proprietários) das terras, detentores do plantel de escravizados, dos meios e instrumentos de produção.

O estabelecimento da escravidão sistemática veio subverter em suas bases o regime de trabalho até então dominante na sociedade brasileira. Essa transformação se processará em todas as formas de manifestações da vida social. Demograficamente aumentou o ritmo acelerado e ininterrupto a população da Colônia; do **ponto de vista sociológico cingiu a sociedade colonial em duas classes fundamentais e antagônicas: uma constituída pelos senhores de escravos**, ligados economicamente em face do monopólio comercial à metrópole, **outra constituída pela massa escrava**, inteiramente despojada de bens materiais, que formava a maioria da população do Brasil Colônia e era quem

---

<sup>4</sup> Moura se refere ao aparelho estatal, enquanto “aparelho repressor da classe senhorial”, demonstrando parte de sua compreensão acerca da formação do Estado enquanto instituição que zela pela reprodução das forças produtivas estabelecidas em prol dos proprietários dos meios de produção (Moura, 2020, p. 176).

<sup>5</sup> Que não é tratado da mesma forma que o Escravismo clássico romano.

produzia toda a riqueza social que circulava nos seus poros. (Moura, 2020, p. 77, **grifos nossos**).

Outro ponto fundamental à análise moureana é a centralidade do movimento de rebeldia de escravizados e quilombolas enquanto expressão da luta de classes. Este enquadramento aprimorado no prisma analítico dos processos históricos permite avançar na compreensão de uma suposta passividade dos escravizados ao longo do escravismo; esta perspectiva não faz além de reproduzir a lógica elaborada por Moura em 1977 acerca da relação entre o bom escravo/mau escravo<sup>6</sup> e dar continuidade ao mito da democracia racial.

O estudo dos quilombos, insurgências e guerrilhas, principalmente do período ascendente do escravismo (1550 - 1850) - quando do aumento da intensidade e volume de exploração do trabalho, com a facilidade de reposição do plantel via tráfico internacional -, possibilita compreender que, a partir da contradição central presente no momento da produção<sup>7</sup>, constituem-se expressões negativas no cotidiano de vida da classe escravizada, como morte prematura, adoecimento, mutilação, mortalidade infantil, suicídios, além da super precarização das condições de vida e sobrevivência. E o nível da exploração da força de trabalho, mediada no escravismo centralmente pela violência e controle dos mecanismos extraeconômicos, amplia os movimentos de rebeldia e insubordinação, sejam eles singulares ou coletivos, mais ou menos conscientes.

A análise da luta de classes na particularidade brasileira deve ainda levar em conta as distinções regionais que, longe de serem espontâneas, são determinadas pelo próprio momento produtivo do escravismo em relação às exigências do capitalismo na totalidade do comércio mundial. O nordeste, aos primeiros séculos do Modo de Produção Escravista, ascendia com a produção de açúcar e algodão em um período de legalização do tráfico internacional de escravizados, impulsionado pela acumulação originária de capital e, posteriormente, a ascensão industrial dos países de capitalismo clássico; logo, a presença de grandes movimentos

---

<sup>6</sup> Em *O Negro: de bom escravo a mau cidadão* (Moura, 2021 [1977]), o autor busca demonstrar que a noção de bom escravo enquanto submisso, benevolente e passivo foi construída teórica e ideologicamente a fim de garantir a exploração e dominação dupla de classe e raça. Por outro lado, e com base nos estudos históricos e documentais realizados em *Rebeliões da Senzala*, analisados com base em uma perspectiva revolucionária, desenvolve a noção de bom escravo enquanto o quilombola, insurgente e ativo que desgastava o escravismo econômica, política e psicologicamente.

<sup>7</sup> Como vimos acima, contradição aquela que antagoniza exploradores e explorados, proprietários e desapropriados no processo de trabalho escravista.

insurgentes, a constituição de quilombos de ampla abrangência geográfica, social e política tem maior presença regionalmente. Assim como, na outra face da moeda, o desenvolvimento rigoroso de mecanismos de coerção militar dos senhores de escravos e aparelho estatal colonial. Minas Gerais ainda detém presença ampla de quilombos e guerrilhas, dado ao grau de estafa da força de trabalho no processo produtivo escravista da mineração. Já a região que atualmente é o estado de São Paulo e Rio de Janeiro, por ter o processo de ascensão quando as forças produtivas escravistas no nordeste já entravam em declínio e a demanda internacional da produção do café (central nestes estados) exigia o aumento da produtividade, adentram ao aperfeiçoamento da produção cafeeira inicialmente a partir do regime de trabalho escravo, transformando-se processualmente em assalariado, incorporando o trabalhador imigrante e marginalizando produtivamente o trabalhador negro livre ou liberto. Logo, enquanto que no nordeste passa-se a constituir uma *economia de miséria* (Moura, 2021, p. 52) que, embora incorpore a força de trabalho negra, esta se dá de maneira precarizada e mal remunerada, no sudeste há a intensificação da associação do trabalhador negro livre e liberto à camada que, posteriormente, Moura vai chamar de “desocupados” e *franja marginal*, predominantemente identificados pela *marca étnica* (Moura, 2021), dando sustentação à constituição de um exército industrial de reserva avolumado e racializado (Fagundes, 2022) já nos primórdios da organização das forças produtivas de caráter plenamente capitalista.

A análise de Moura (2020) acerca da participação dos escravizados e quilombolas em outros movimentos políticos, assim como do empreendimento de suas próprias lutas e formação de quilombos, indica a atuação direta do aparelho estatal escravista a fim de conter, reprimir e eliminar as insurgências, assim como do extermínio de quilombos e suas lideranças. Percebe-se assim, o poderio bélico por parte dos senhores e do aparelho estatal colonial, assim como, a repressão violenta dos movimentos, principalmente de suas lideranças radicais e dos escravizados, condenados mormente à açoites e enforcamentos públicos. Das inúmeras revoltas com participação de escravizados e quilombolas, e a própria formação de quilombos e guerrilhas<sup>8</sup>, chamamos atenção para alguns pontos em comum: todos foram sufocados dado a diferença de propriedade bélica entre colonizados e colonizadores; todos demonstram a

---

<sup>8</sup> Como a Balaiada (Maranhão), Sabinada (Bahia), Cabanagem (Alagoas), o levante da barca *Laura Segunda* (Ceará), o levante de 1824 no Recife, o Quilombo de Orobó, Cachoeira e Xiquexique (Bahia), o Quilombo de Turiaçu (entre o Pará e o Maranhão), entre outros.

negação do trabalhador negro em relação à condição de exploração do trabalho escravo, apresentando-se mais ou menos conscientes deste processo, expresso nas formas de organização dos quilombos e levantes; a maioria repercute inicialmente na insatisfação da classe senhorial, tanto com a fuga quanto com a destruição de plantações e engenhos e chega ao aparelho estatal enquanto uma demanda desta classe a ser atendida através da repressão militar extraeconômica; demonstram ainda, o ônus do empreendimento de captura e extermínio dos quilombos tanto por parte do aparelho estatal quanto da classe senhorial, tendo em vista que, por vezes, esta ficava responsável pelo pagamento da captura, assim como das diárias de soldados e mercenários; por fim, todas terminam com a condenação a açoites e enforcamentos públicos das lideranças negras em praça pública ou exposições dos corpos mutilados, expressando o grau de repressão militar quanto à organização do protesto negro e do uso da violência como mecanismo de coerção e consenso coletivo à reprodução social, e ainda, com a violência como potência econômica (Castelo, 2021). Ou seja, a intervenção coercitiva do aparelho estatal se dá no sentido da reprodução das forças produtivas próprias do Modo de Produção Escravista que, por sua vez, vão atender as demandas da acumulação de capital nos países industriais. Logo, a racionalidade do escravismo vai além das vontades individuais dos sujeitos implicados.<sup>9</sup>

A Lei Eusébio de Queiroz<sup>10</sup> e a Lei de Terras<sup>11</sup>, ambas de 1850, expressam, no âmbito das relações de produção, as transformações das forças produtivas do período demonstrando, por um lado, o interesse da Inglaterra na ampliação dos setores industriais e urbanos para investimento de capital externo, transferência de valor e aumento do volume de consumidores assalariados e, por outro, o interesse nacional de continuidade da estrutura de classes, ou seja, da manutenção da propriedade da terra e dos meios de produção pela classe senhorial e

---

<sup>9</sup> “[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. [...] Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.” (Marx, 1974, p. 135-136 apud Neto, 1989, p.109).

<sup>10</sup> “[...] a Lei Eusébio de Queiroz, foi a mais direta nos seus objetivos e eficiente nos seus efeitos; foi inquestionavelmente aquela que atingiu de forma definitiva o escravismo pleno, nesse período de transição.” (Moura, 2020a, p. 124).

<sup>11</sup> “Em face desta problemática, surge, em 1850 a chamada Lei de Terras, ou seja a lei nº 601, pela qual o Estado abria mão do seu direito de doar e colocava as terras no mercado para a venda a quem dispusesse de dinheiro para adquiri-las. Com esta reviravolta, o Estado passa a ser mero vendedor, e não distribuidor de terras de acordo com o interesse público.” (Moura, 2020a, p. 105).

burguesia nascente. São, portanto, legislações que, juntamente a outras voltadas a “proteção” do escravizado enquanto mercadoria<sup>12</sup>, buscavam ampliar o *quantum* da força vital a médio prazo e criar mecanismos de procriação. É ainda neste mesmo movimento que se aumenta o número de manumissões ou alforrias, seja de escravizados idosos que já não tinham valor produtivo e acarretavam apenas dispêndio improdutivo, largados, portanto, à morte por marginalização; assim como daqueles poucos que alcançavam a manumissão, em uma média de 10 anos neste período (Gorender, 1985, p. 356). É, portanto, expressão de uma transição já iniciada que requeria, por um lado, a implementação do regime de trabalho assalariado, e por outro, a partir dos interesses dos antigos senhores, a continuidade da propriedade da terra e monopólio produtivo agroexportador; portanto, uma transição produtiva embora sem alterações estruturais na divisão de classes e no caráter dependente exportador.

Podemos concluir que a forma de exploração do trabalhador negro durante o modo de produção escravista inclui a alienação não só de sua força de trabalho, mas do próprio sujeito, que passa a circular enquanto mercadoria – embora com isso, não perca sua condição subjetiva de portador de força de trabalho –, e a associação direta deste ao trabalho escravo. Logo, o racismo se constitui, na particularidade brasileira, essencialmente na organização das forças produtivas e relações de produção no escravismo dada a associação direta do trabalho escravo – portanto, subalterno, manual, artesanal, mecânico, inferior, degradante e braçal – ao trabalhador negro capturado na costa ocidental do continente africano. Por outro lado, constitui-se, na própria divisão do trabalho no escravismo, o trabalho intelectual, político, jurista, administrador, refinado, superior, desenvolvido, racional, relacionado ao branco europeu, principalmente português, inglês, francês e holandês. A associação entre a formação das classes no escravismo com elementos étnicos distintos classificados hierarquicamente a partir da forma de exploração que será utilizada, constitui uma organização racista das forças produtivas e relações de produção. Tendo em vista que a transição dos modos de produção no Brasil não revoluciona a organização das classes, embora altere a forma de exploração do trabalho e a

---

<sup>12</sup> Como a Lei do Ventre Livre (1871), do Sexagenário (1885), a que proíbe a venda de escravizados casados e seus descendentes (1869) e a Lei do fim do açoite (1886). É importante situar o sentido desta proteção. Não ainda como a proteção social que passa a ser desenvolvida, inicialmente por iniciativa dos próprios trabalhadores com as Caixas de Resistência (Ferreira, 2020) e posteriormente no estabelecimento de legislações por parte do Estado. Mas uma proteção voltada à reprodução dos escravizados de forma a diminuir o valor da aquisição inicial no processo de produção, tendo em vista o aumento do valor deste sujeito enquanto mercadoria.



essência da acumulação – de renda monetária à capital (Gorender, 1985) –, a distribuição étnica que sedimenta a divisão social do trabalho permanece inalterada, constituindo a estrutura de classes e raças<sup>13</sup> no capitalismo dependente.

A análise teórica de Moura (2020), embora nesta primeira obra tenha um caráter introdutório para fundamentar as guerrilhas, quilombos, revoltas e insurgências as quais participaram os escravizados, permite algumas indicações para compreender, preliminarmente, acerca da formação do exército industrial de reserva<sup>14</sup>, ponto relevante ao objetivo aqui proposto na busca da gênese da *questão social* no Brasil. O crescimento do setor comercial, manufatureiro e industrial desempenhado no meio urbano passa a absorver a força de trabalho de imigrantes europeus, a população camponesa branca que se inseriu nas cidades<sup>15</sup>, assim como pequena parcela de libertos e livres, nesta ordem. À medida que ocupam estes espaços mediados por uma hierarquia étnico/racial estabelecida historicamente, a superpopulação relativa forma-se de maneira inversa a absorção destas frações de classe racializadas, ou seja, cria-se um exército industrial de reserva avolumado composto majoritariamente por trabalhadores negros (Fagundes, 2022). Ainda neste sentido, destaca-se o que Moura (2020, p. 97) chama de trabalhadores “desocupados” (2.822.583, em 1882). Percebe-se, portanto, que os trabalhadores negros escravizados, antes centrais à produção escravista, passam à marginalização produtiva e a categoria de “desocupados”<sup>16</sup>.

Na cena contemporânea, nota-se as maiores taxas de desemprego entre a população negra e de mulheres, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

---

<sup>13</sup> “O emprego de etnia ao invés da utilização do tempo raça se tornou um ponto de amplo debate entre intelectuais, pesquisadores e militantes ao longo da segunda metade do século XX e ainda é tema de debate na segunda década do século XXI. O professor Kabenguele Munanga sintetiza essa discussão apontando para o ponto de que o uso de etnia como substituto da raça atuaria como uma espécie de “nova ética das relações raciais”, mas que esta operação de substituição de signos em nada altera a situação de desigualdade social.” (Farias, 2021, p. 14).

<sup>14</sup> “A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua. [...] Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista.” (Marx, 2017, p. 705; 707).

<sup>15</sup> Muitas delas fugindo dos conflitos entre Exército e milícias dos senhores contra os quilombolas.

<sup>16</sup> “Os desocupados eram ex-escravos marginalizados que depois iriam ingressar na faixa dos servos que aumentariam progressivamente no Brasil. A qualificação do trabalhador só podia ser feita à medida que ele ingressasse naquela nova classe que surgia: a classe operária.” (Moura, 2020, p. 97).

Contínua (Pnad Contínua) realizada pelo IBGE no primeiro trimestre de 2023<sup>17</sup>, e, os piores resultados para o índice de miséria para “pretos ou pardos, e, especialmente as mulheres pretas ou pardas” (Saboia; Neto; Villacorta, 2023, p. 2) brasileiras. Elementos que indicam o lugar da “questão étnico-racial” e da “questão de gênero”, não como meras mediações de expressões culturais, ideológicas, sociais e políticas da “questão social”, mas como constitutivas destas no âmbito econômico das relações sociais capitalistas, no sentido de que “a noção de exército industrial de reserva nos permite entender como, no modo-de-produção capitalista, a geração de uma população sobrança assume a função particular de ‘produto e alavanca do processo produtivo capitalista’” (Souza, 2005, p. 116).

*Rebeliões da Senzala* é precursor em sua análise da participação ativa e passiva de escravizados, livres, libertos e quilombolas, situando o trabalhador negro enquanto sujeito portador de práxis social em potencial, devido ao grau de alienação condicionado pelo regime de trabalho escravo. Embora apareça como mercadoria e transite economicamente enquanto uma, a realidade apresenta fatores que o condicionam, inevitavelmente, à genericidade humanidade. O ser social escravizado é, antes de qualquer outra coisa, sujeito vivo, agente dinâmico, portador de força de trabalho que, na sua atividade ou passividade, tensiona ou corresponde ao processo produtivo em questão. O quilombola, por sua vez, é o elemento positivo e radical pela negação do trabalho através da fuga (atuando de maneira passiva), e ainda, organizando-se em comunidades, destruindo engenhos, queimando canaviais, assassinando senhores e feitores (quando age de maneira ativa contra a organização da sociedade escravista).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dito isso, podemos perceber que, ao analisar a transição histórica que permite a consolidação do capitalismo dependente no Brasil a partir das categorias Trabalho, Estado e Luta de Classes, notam-se dois movimentos em nível de abstração. Primeiro, os contornos particulares que aquelas desempenham, principalmente entre 1850 e 1889, direcionadas

---

<sup>17</sup> Para saber mais, vide: “Desemprego é maior entre mulheres e negros, diz IBGE”. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/desemprego-e-maior-entre-mulheres-e-negros-diz-ibge>>. Acesso em 30 de janeiro de 2024.

socialmente por uma perspectiva de “modernização sem mudança”<sup>18</sup> faz com que, ao mesmo tempo em que se transformam: i. o regime de trabalho (de escravista à assalariado); ii. a estrutura formal do aparelho estatal (colonial, monárquico e republicano); e iii. a partir das mudanças para a reorganização produtiva objetivando a reprodução ampliada do capital, transforma-se qualitativamente a estrutura da luta de classes (de escravizados/senhores para assalariados/burguesia), este movimento é orquestrado pelos detentores dos meios de produção do escravismo que, atendendo parcialmente seus próprios interesses e as necessidades de acumulação de capital estrangeiro, manipulam (principalmente através da Lei Eusébio de Queiroz, a Lei de Terras e a Guerra do Paraguai) a transformação republicana e assalariada “moderna”, ainda que, sobre as bases arcaicas da forma de superexploração da força de trabalho e garantindo a permanência da *franja marginal* agora como superpopulação relativa<sup>19</sup>.

Segundo. A análise da transição histórica a partir das categorias indicadas, por desvelar as mediações postas, revela também as minúcias e determinantes que antecedem a própria consolidação das relações de produção hegemonicamente capitalistas no Brasil. Ao observar a organização das forças produtivas e das relações de produção, seguindo o fundamento moureano, no Modo de Produção Escravista, percebe-se: i. o estabelecimento produtivo (extrativista e beneficiador) baseado na exploração escravista da força de trabalho, que pressupõem o controle, a violência e os mecanismos extra econômicos com vistas a garantir a exportação de mercadorias<sup>20</sup>; ii. a organização de um aparelho estatal altamente repressor a

---

<sup>18</sup> “O processo de modernização da última fase dessa sociedade escravista [1850-1888] era, por essas razões, injetado. A tecnologia era introduzida do exterior, os meios de comunicação mecanizavam-se, abriam-se estradas de ferro em todo o território nacional, o cabo submarino era inaugurado, tínhamos gás de iluminação, telefone, bondes de tração animal, mas tudo isso superposto a uma estrutura traumatizada no seu dinamismo pela persistência de relações de produção escravistas. Era, portanto, uma modernização sem mudança social. Em outras palavras: as estruturas básicas da sociedade brasileira ainda eram aquelas que procuravam manter e eternizar essas relações obsoletas, criando, com isso, uma contradição flagrante e progressiva com o desenvolvimento das forças produtivas que se dinamizavam.” (Moura, 2019, p. 260).

<sup>19</sup> Seja em sua força flutuante, latente, estagnada ou o lumpemproletariado (Marx, 2017, p. 870).

<sup>20</sup> É importante sinalizar introdutoriamente que, apesar da produção organizar-se com vistas a produzir *mercadoria* (Marx, 2017, p. 158), ou seja, produtos originados do trabalho que tem como objetivo, para além da realização do seu valor de uso, também do seu valor de troca com vistas de, ao final, resultar em um dinheiro-valor, acrescido daquele inicial, a ausência da divisão social e técnica do trabalho tendo como base a exploração da força de trabalho assalariado, não permite afirmar que, a estrutura econômica, política e social do período escravista do Brasil (1550 - 1888) caracteriza-se, essencialmente, enquanto uma produção capitalista. Embora atue fundamentalmente para ampliar a acumulação de capital de países estrangeiros industriais, inserindo-se na totalidade do mercado mundial, a particularidade da sua produção caracteriza-se como o escravismo moderno, já demonstrado no Capítulo 24 (Marx, 2017).

favor dos interesses, ora da MetrÓpole, ora dos plantadores que atuava fundamentalmente, pela centralidade da coerção contra as frações ativas da classe escravizada, embora o próprio estabelecimento estrutural da coerção enquanto parte da racionalidade escravista atue também como um mecanismo de consenso à reprodução social; e iii. o tensionamento cotidiano e sistemático entre as classes antagonizadas no processo produtivo (plantadores/escravizados), produzindo um desgaste econômico, político na sociedade escravista (Moura, 2019, p. 271), e ainda, expressões negativas no cotidiano de vida e sobrevivência da classe explorada.

Ora, não tem como negar a existência de uma *questão posta na sociedade escravista*, embora não seja a mesma *questão social* de que estamos tratando. Existem mediações entre o Trabalho, o Estado e a Luta de Classes na transição que nos indicam quais os elementos do escravismo que são substituídos e aqueles que, de modo contínuo, constituem a formação do capitalismo dependente no Brasil e particularizam a chamada *questão social* aqui. (Bruinjé, 2024, p. 163).

Tendo em vista, introdutoriamente, os contornos que a gênese da *questão social* no Brasil assume a partir da análise realizada, pode-se perceber que a compreensão dos seus fundamentos – central para o debate do Trabalho e da Formação Profissional em Serviço Social – deve ser estudadas a partir da desagregação do regime de trabalho escravo para o estabelecimento pleno do assalariado, tendo como pilar estrutural das relações de produção e trabalho o racismo. E ainda, buscando as mediações entre uma *questão posta na sociedade escravista* e a chamada *questão social* no país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **A centralidade da questão social para o Serviço Social brasileiro.** In: *Revista Temporalis*, v. 21, n. 42. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2021.

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1996.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo.** In: *Revista Temporalis*, n. 3. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2001.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, R. D. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez Editora, 2014.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez Editora, 2015.

FAGUNDES, G. G. **Superexploração e racismo no Brasil: diálogos e questões.** Curitiba: Appris, 2022.

FARIAS, M. **Nota do Editor.** In.: MOURA, C. *O negro, de bom escravo a mau cidadão? Ilustração Marcelo D'Salete.* São Paulo: Editora Dandara, 2021.

FERREIRA, G. C. **Raça e nação na origem da política social brasileira: união e resistência dos trabalhadores negros.** 2020. 293 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

GORENDER, J. **O Escravismo Colonial.** São Paulo: Editora Ática, 1985.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MOURA, C. **Sociologia do Negro Brasileiro.** São Paulo: Perspectiva, 2019.

\_\_\_\_\_. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

\_\_\_\_\_. **Dialética Radical do Brasil Negro.** 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020a.

\_\_\_\_\_. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Editora Dandara, 2021.

NETO, B. R. de M. **Marx, Taylor Ford: as forças produtivas em discussão.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez Editora, 2009.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez Editora, 2015.

\_\_\_\_\_. **Cinco notas a propósito da “questão social”.** In: *Revista Temporalis*, n. 3. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2001.

SABOIA, J.; NETTO, J. H.; VILLACORTA, V. N. **Índice de miséria ampliado e desagregado por cor ou raça e sexo.** In: *Texto para Discussão 002/2023 do Instituto de Economia.* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.

SOUZA, D. C. C. D. **A atualidade dos conceitos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal.** In: *Cadernos Cemarx*, v. 1, n. 2. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.